

Discursos de mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos envolvendo questões de gênero e violência doméstica

RESUMO

Aurenéa Maria de Oliveira
E-mail: aurenea@hotmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1033-4015>
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Catiana Cassandra Santana dos Santos
E-mail: caticasandra@hotmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5710-4044>
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

Este artigo objetiva analisar o discurso de mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos municípios de Igarassu e Paulista em Pernambuco no que diz respeito às questões de gênero e violência doméstica. Esse estudo foi feito a partir da Teoria do Discurso (TD) de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e da metodologia da Análise de Discurso (AD) em Eni Orlandi. Por meio dessa análise, buscamos entender como a violência gênero é refletido no público Educação de Jovens e Adultos. Tivemos como resultado o fato de as falas das entrevistadas serem recortadas por várias ideologias como a dos direitos humanos e a feminista de cunho econômico liberal. Contudo, do ponto de vista hegemônico, a ideologia patriarcal se destacou sobre as demais. Neste aspecto, chama-se a atenção para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais nesta modalidade educacional com vistas ao enfrentamento desta reprodução.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Violência Doméstica. Educação de Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO

Em 2018 ocorreu no Estado de Pernambuco um total de 228 assassinatos de mulheres, sendo que 75 deles tiveram o gênero como motivação do crime. Isso quer dizer que o feminicídio representou 32,9% das mortes de mulheres nesse estado. De acordo com matéria veiculada pelo portal de notícias brasileiro G1, alicerçada por dados da Secretaria de Defesa Social (SDS-PE), uma mulher é morta a cada duas horas no país e Pernambuco ocupa o sétimo lugar no Brasil com o maior número de mortandade delas, além do quarto lugar dentre as unidades federativas (PORTAL G1, 2019).

Esses dados revelam o medo da violência que as mulheres cis e trans carregam igualmente consigo pelo fato de serem do gênero feminino. Assim, a violência contra as mulheres perpassa contextos e ambientes como a família, as escolas, espaços religiosos, entre outros e isso é reflexo de um processo histórico que se apresenta de modo eficaz. Sobre isso, Vasconcellos (2002) nos diz que a violência é desenvolvida por instituições e agentes que as produzem/reproduzem e as animam.

A modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem um papel fundamental na contemporaneidade, pois se trata da educação de pessoas que são detentoras de saberes, porém, com trajetórias marcadas por um lugar à margem social no ensino formal devido a questões de ordem econômica. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as mulheres estão presentes em grande número nesta modalidade. Essa mesma fonte afirma que a região Nordeste apresenta a mais alta frequência do gênero feminino nos primeiros segmentos (anos iniciais do ensino fundamental), em um total de 37,6% (IBGE, 2009).

Diante disso, objetivamos nesta pesquisa, analisar discursos de mulheres estudantes da EJA com o fim de identificar a presença de ideologias em suas falas referentes às questões de gênero e violência doméstica; para tal, fizemos uso da metodologia da Análise de Discurso francesa, detalhada na sequência.

APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para Laclau e Mouffe (2015), o discurso é a resultante da prática articulatória e antagônica, plural de elementos e/ou momentos hegemonizados. Assim, ele é formulado por intermédio de práticas que estão interligadas por sentidos que são fixados parcialmente e temporariamente:

O discurso, portanto, é esse conjunto temporariamente articulado e identitariamente fadado a redimensionar-se, pois outro elemento pode sobrepor-se hegemonicamente. Isso significa que todo discurso é uma tentativa de dar conta do social, embora ele sempre continue com seu caráter aberto, dada a precariedade do discurso estabelecer estabilidade. [...] Cada discurso, portanto, e cada posição no interior do discurso, constitui-se num jogo político de inclusão e exclusão de possibilidades figuradas pela lógica de identificação e diferença conforme as diversas identidades e seus interesses distintos, constituintes do social. Este social é ontologicamente político à medida que se estabelecem fronteiras entre as identidades e, também, visto que está em constante disputa pela imposição do sentido (FERREIRA, 2011, p. 17-18).

Sobre isso, Mouffe e Laclau (2015) afirmam entender que o discurso busca sempre fixar sentidos, e, nesse processo, depara-se com as relações de poder em que um sentido quer se afirmar em detrimento de outros. Neste aspecto, os discursos assumem a contingência e não a totalidade discursiva.

Pinto (1999) diz que ao definir discurso como uma “totalidade” estruturada pela prática articulatória, Laclau está admitindo a precariedade dessa totalidade, sua provisoriidade, mas, ao mesmo tempo, indicando que a prática articulatória segue sempre o caminho de construir uma tentativa de dominar o campo da discursividade não totalizada.

Assim, temos dentro dessa teoria duas lógicas indissociáveis: a da equivalência e a da diferença. Uma garante a existência da outra, pois as equivalências só podem ser dadas porque existem diferenças:

A lógica da equivalência trabalha a partir da presença da diferença. Busca a anulação do sentido, mas se a equivalência se mantém é porque esta anulação nunca se completa. Dois significados só podem ser equivalentes se forem diferentes. Dois termos têm na história um bom exemplo, são eles: liberdade e igualdade. Quando da instauração destes dois conceitos na filosofia política moderna, ambos eram dotados de positividade, isto é, completamente definidos um em relação ao outro: o princípio da liberdade era o limite da igualdade e vice-versa. Os discursos da chamada esquerda no ocidente construíram uma equivalência entre liberdade e igualdade, onde a presença de um subvertia o sentido do outro. Entender a possibilidade de subversão é fundamental, pois é através dela que Laclau avança na caracterização da questão da objetividade e da negatividade (PINTO, 1999, p. 7).

Assim, a Teoria do Discurso (TD) segue, dentro das lógicas citadas, para uma linha que atesta a incompletude discursiva que está marcada pela anulação de sentido que nunca é efetivada e que só pode existir porque há uma diferença. Temos, ainda, os conceitos de objetividade e negatividade. Laclau (1997) afirma que o social é marcado pela negatividade. Sabendo que o social é aberto e incerto, entendemos que o limite da objetividade determina a negatividade. A partir do momento em que há duas relações de forças e poder, antagônicas, na qual uma busca anular o sentido da outra, percebemos que aquele momento ou discurso não pode ser fechado e essencializado, pelo contrário, torna-se mutável e sujeito aos significantes vazios arranjados em torno de pontos nodais, fazendo com que elementos se tornem momentos, fixando parcialmente sentidos que podem ser mudados a partir de novos arranjos.

Na busca pela anulação de sentidos opostos entramos na discussão sobre antagonismo e que levará ao conceito da TD que nos interessa, que é o de hegemonia:

A noção de antagonismo no trabalho desenvolvido por Laclau é tanto complexa, quanto fundamental para o entendimento de sua teoria como um todo. Começamos por limpar o terreno de algumas questões paralelas. Em primeiro lugar deve-se ter presente que a relação antagônica tem lugar no campo da discursividade, isto é central, na medida em que este é o campo onde se rompe a dicotomia real/ideal; material/ideológico. Pois, se não assumirmos este rompimento, estaremos frente à oposição real Kantiana ou contradição hegeliana. Como observamos anteriormente, o momento nunca se constitui completamente, isto é, uma identidade nunca se constitui completamente. Só no campo dos objetos ou no campo dos conceitos o momento se constitui completamente. Em princípio, na oposição real de

Kant, há dois objetos totalmente saturados, dotados de completude, duas positivities: na relação de A com B, A é completamente A e B é completamente B. Neste sentido não ser A e ser B provoca efeitos determinados. No mundo dos conceitos hegelianos a relação entre A e Não-A implica que um exaure a realidade de ambos, porque se A é completamente A, Não-A só pode ser nada. Isto só acontece, segundo Laclau no terreno conceitual (Pinto, 1999, p. 9-10).

Mendonça (2012) diz que o objetivo central de Laclau e Mouffe, no tocante à compreensão da lógica antagônica, é demonstrar que as relações políticas não se constroem a partir de lutas entre identidades prontas, ou seja, que não podemos considerar identidades políticas num sentido essencialista, isto é, constituídas antes da própria relação antagônica:

Nesse sentido, Laclau e Mouffe exemplificam a lógica antagônica com o exemplo de um proprietário que expulsa os camponeses da sua terra. Estabelece-se, aí, uma relação antagônica na medida em que o proprietário, a partir da ação da expulsão, impede que o camponês seja plenamente camponês (ele passa a constituir-se num camponês sem-terra). Assim, quando estamos diante de uma lógica antagônica, não estamos diante de identidades pré-constituídas, mas daquelas que têm suas próprias constituições negadas, tendo em vista que a presença do outro é identificada como a condição da impossibilidade da plena constituição (Mendonça, 2012, p. 208).

Neste aspecto, Laclau e Mouffe (2015) afirmam que articular diferenças significa, no limite, negar o que se é e isso representaria a desestruturação de determinadas demandas em prol de uma que se quer hegemônica para se lutar contra um inimigo comum. Assim, no antagonismo a presença do outro diferente e inimigo do eu implica uma força antagônica com o não ser eu, representado pelo outro. Sabendo que o outro existe e que este não é meu amigo é que podemos entender a incompletude ou o limite da objetividade, pois há sempre uma busca da anulação do sentido desse outro; no movimento da tentativa de anular o sentido do outro, o inverso também acontece, não se concretizando uma objetividade discursiva.

Esses sentidos, que são disputados a partir das chamadas fronteiras antagônicas numa constituição amigo/inimigo, estão a serviço de relações de poder que buscam uma permanência ou uma fixação máxima de um sentido em detrimento de outros (hegemonia). Assim, esses sentidos, dispostos em articulações discursivas, reverberam em práticas à disposição de um poder que se quer constituir hegemônico se contrapondo a outro (o inimigo). Destarte, a partir da TD, buscaremos nos recortes de fala de nossas entrevistadas a ideologia hegemônica no debate sobre gênero e violência doméstica, tendo em vista que nesse contexto a:

Hegemonia apontará para uma ausência de totalidade e para uma diversidade de tentativas de recomposição e rearticulação que, em superando esta ausência original, faz possível para as lutas terem significado e para as forças históricas serem dotadas de completa positividade. A questão fundamental é a de que a total positividade não está dada anteriormente ao processo de hegemonia. Não é algo a ser revelado ou descoberto, mas uma construção. A total positividade, portanto, é sempre um vir a ser tentativo em construção (Pinto, 1999, p. 11).

Uma hegemonia está sempre sendo atacada por contra-hegemonias (os inimigos). Trata-se da representação de papéis sociais que lutam por poder. A hegemonia se constitui a partir de uma incompletude discursiva, marcada pelo limite da objetividade, porém com a reunião de identidades, constituindo uma relação de poder a partir de uma ideologia ou um conjunto de ideologias que irão demarcar uma fronteira antagônica com ideologias de sentidos opostos, inimigos contra-hegemônicos.

Assim, tendo a TD como aporte teórico-interpretativo, a partir de seu trato com a categoria de hegemonia, usamos como metodologia a Análise de Discurso (AD) tomando como referência Eni Orlandi. Desse modo, buscamos articular o conceito de hegemonia com o de ideologia trabalhado na AD. Nesse aspecto, faz-se importante colocar que este método não investiga o sujeito em si, pois sua concepção é descentralizada a partir de elementos sócio-histórico-culturais. Diante disso, tal conceituação de sujeito nos interessa por auxiliar no processo de identificação das ideologias que perpassam o seu discurso, haja vista que na relação entre linguagem, ideologia, sujeito e discurso compreende-se que todo discurso é marcado pela ideologia e que todo sujeito é discursivo.

Nesse aspecto, Orlandi (2005) afirma que o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo como a língua produz sentidos por/para os sujeitos. A língua faz sentido porque é mediada pelo indivíduo por meio da ideologia. Entende-se que a linguagem não é transparente e busca-se compreender como os sentidos, que estão dentro dos discursos, produzem e carregam significados.

Assim, na Análise do Discurso, o discurso não é simplesmente a transmissão de uma mensagem entre emissor e receptor, por conta dos sentidos que são atribuídos discursivamente pelos sujeitos. Aquele que discursa o faz carregado de ideologias que podem não ser as mesmas de quem recebe aquele discurso. Essas ideologias estão marcadas dentro de um contexto histórico e social.

Os sentidos são atribuídos dentro das práticas discursivas a partir de suas condições de produção. Há três relações que estão dentro dessas condições: relações de lugar que lidam com as posições de lugar do sujeito que fala e daquele de que se fala, relacionando-as com a posição e o espaço social ocupado; relações de força que lidam com um contexto político, por meio de relações de poder e disputas pela constituição de uma hegemonia; e as relações de sentido que lidam com os significados dentro dos discursos e as ideologias que ali estão presentes.

A noção de ideologia que se tem dentro da AD é a de uma condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos. Ela então não é vista como um conjunto de representações falsas, como visão de mundo ou como ocultação da realidade, pois não há realidade sem ela. Enquanto prática significativa, ela aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido: “[...] é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade” (ORLANDI, 2005, p. 48). Desse modo, procuramos nas enunciações de nossas entrevistadas identificar as ideologias que perpassaram suas falas no que se refere às temáticas pesquisadas, destacando aquelas que atuam de modo hegemônico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES: DISCURSOS EM EVIDÊNCIA

Diante do colocado, é importante salientar que nossa análise se debruçou ao redor do *corpus* elaborado a partir de cinco entrevistas semiestruturadas feitas com mulheres estudantes da EJA, em duas escolas da Rede Municipal de Ensino de Igarassu e três da Rede de Ensino do município de Paulista. Essas entrevistas foram realizadas entre o final de 2019 e começo de 2020 nas referidas escolas, em um cenário antes da pandemia de Covid-19. A escolha das discentes se deu a partir de critérios socioeconômicos (baixa renda) e o das escolas foi aleatório. Sublinha-se que por questões éticas, os nomes das entrevistadas aqui expostos são fictícios e o das escolas não foram mencionados. Coloca-se também, que por questões de método, os recortes de fala foram transcritos literalmente, ou seja, sem alterações ou correções ortográficas e gramaticais.

Paulista e Igarassu foram selecionados por serem municípios à margem no estado de Pernambuco, à medida que são invisibilizados por outros, altamente destacados, a saber: Recife e Olinda. Assim, dando prosseguimento, é preciso explicitar, mesmo que sucintamente por conta das condições de escrita de um artigo, quem são essas mulheres e quais suas trajetórias:

As mulheres que fazem parte do sistema da Educação de Jovens e Adultos são pessoas que, de modo geral, trazem consigo crenças e valores arraigados e muitas vezes não enxergam a escola como um meio para subverter seu cotidiano de opressão e dominação. Segundo Rosberg (1994) é preciso uma reflexão sobre os limites sociais impostos à mulher e que inviabilizam a sua inserção e permanência escolar e falta de atenção dos poderes públicos em relação às necessidades específicas das mulheres adultas que procuram escolarização. A instrução de mulheres adultas das camadas populares, que são as que mais necessitam de educação, tem características muito peculiares e exige políticas muito bem planejadas para que se consiga atrair e manter este público na escola, pois elas a entendem como um lugar não apenas onde se aprende, mas também como espaço de convívio social (LEONCY, 2013, p. 34).

Assim, buscou-se junto às falas dessas entrevistadas identificar ideologias atuantes, mapeando posições delas em relação às questões de gênero e violência doméstica. Abaixo segue uma tabela com algumas informações sobre nossas entrevistadas.

Tabela 1 – Dados das entrevistadas

	Ana	Maria	Bárbara	Cristina	Amanda
Idade	40 anos	46 anos	20 anos	18 anos	34 anos
Município	Igarassu	Igarassu	Paulista	Paulista	Paulista
Estudante	Atualmente na EJA	Estudou na EJA	Atualmente na EJA	Atualmente na EJA	Atualmente na EJA
Grau de escolaridade	Ensino fundamental incompleto	Ensino fundamental completo	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto	Fundamental incompleto
Autodeclaração étnica	Branca	Morena	Branca	Morena/negra	Branca
Religião	Católica	Evangélica	Evangélica (não ativa)	Evangélica (afastada)	Sem religião

Orientação sexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual	Heterossexual
Estado civil	Casada	Casada	Casada	Solteira	Casada
Maternidade	Uma filha	Uma filha e um filho	Dois filhos	Nenhum	Dois filhos e uma filha
Profissão	Auxiliar de serviços gerais	Desempregada	Desempregada	Desempregada	Desempregada
Vítima de violência física	Não	Não	Sim	Sim	Não
Conhece alguma mulher que já sofreu violência física	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Sabe o que é feminismo	Não	Não	Sim	Sim	Não

Fonte: elaboração das autoras, 2022.

A Tabela 1 traz um pequeno recorte que aponta para aspectos de vida e trajetória das entrevistadas. Nesse levantamento foram pontos em comum entre as duas que estudam no município de Igarassu, denominadas de Ana e Maria, nascerem na década de 1970, serem casadas, não terem cursado toda a educação básica, serem cristãs e heterossexuais, possuírem pelo menos uma filha, nunca terem sofrido violência física doméstica, mas conhecerem outras mulheres que passaram por isso e desconhecem o feminismo. Nesse aspecto, ao indagarmos sobre questões de gênero, elas exprimem seu desconhecimento sobre os termos: “O que é gênero? Gênero... É uma pessoa, uma pessoa” (ANA); “Gênero? Gênero, entendo muito não. Bom. Gênero é o que essa menina?” (MARIA).

Contudo, ao indagarmos especificamente a entrevistada Ana acerca do que é ser mulher, da violência física doméstica e do que acharia que poderia ser feito socialmente para diminuir as desigualdades entre gêneros, especificamente entre mulheres e homens, pudemos perceber a presença de uma sutil ideologia feminista econômica liberal, que ressalta a independência feminina em termos de dinheiro e de uma ideologia vinculada aos direitos humanos que emerge contra as agressões sofridas pelo gênero feminino: “Ser mulher é ser independente de dinheiro do marido; se tem dinheiro fica mais difíce apanhar. Mulher hoje é independente, ela veve, pode ter tudo que ela quiser com a sua independência. [...] Sociedade ideal para as mulher? Que elas tenha sua vida própria com seu trabalho, tenha sua casa, seu dinheiro” (ANA); “Nunca sofri violência, mas conheço quem já sofreu. Acho ridículo quem faz violência contra as mulher, quem pratica. Isso não é o caráter de uma pessoa, quem pratica a violência. Violência é um homem bater numa mulher, é uma violência, isso é! Um abuso. Um homem rasgar a roupa da mulher, está abusando dela, querer alguma coisa com ela forçada, isso não tá certo” (ANA).

Maria ao ser inquirida sobre as mesmas questões não soube desenvolver uma fala sobre o que para ela seria gênero e mulher, porém, acerca da violência e de uma sociedade mais justa para as mulheres, em seu discurso identificamos a presença de uma ideologia dos direitos humanos que repudia a agressão e o preconceito ao redor do sexo feminino: “Uma sociedade ideal pras, pra nós mulheres é que não houvesse a violência contra a gente. Violência, violência, agressão. Que elas não fossem mais violentadas sexualmente, verbalmente visse;

uma sociedade em paz, né? Sem preconceito. Com muito respeito, amor, que não tem, tá se acabando o amor. Assim era bem melhor, o humano era bem melhor se não houvesse principalmente o preconceito, né? E os nosso direito de mulher fosse respeitado e não só cobrado de nós. Cada um tem direito de ser feliz, né? Cada um tem o livre arbítrio de escolher, né? Então, isso aí, tá acabando, tá destruindo com a humanidade, né? Destruindo. O respeito não tem mais para um com o outro, o carinho não tem mais e aí vai” (MARIA).

Ainda sobre a fala de Maria, mais adiante, na sequência do diálogo acerca da violência contra as mulheres, pudemos ver um discurso híbrido, posto que misturou ao anterior, referente à ideologia dos direitos humanos, outra ideologia de cunho patriarcal, relacionada a comportamentos e trajes femininos: “Não, graças a Deus não sofri violência. Conheço quem já sofreu, uma situação muito ruim, né? É como se a gente, tomasse as dor, a gente tem que tomar as dores, né? Daquela pessoa. É como se tivesse acontecendo com a gente. Acho muito ruim, que não deveria acontecer, porque em nós mulher não se bate nem com uma flor. Porque a gente não é feita pra apanhar. É pra ser tratada com carinho, amor, respeito. Agora né, por que, às vezes, as mulheres provocam. Não respeita os marido, né? Assim, a maneira de se vestir, de se comportar, muitas vezes. A partir de hoje acontece isso, né? A maneira de se vestir, a provocação, provocar e gera isso. Pela provocação, assim, a maneira de se vestir, se comportar; elas provoca, bebendo, querendo sair sozinha com as amiga pras balada, isso não pode, tudo isso revolta os marido” (MARIA).

Assim, nos discursos das duas entrevistadas, estudantes de Igarassu, identificamos a presença da ideologia dos direitos humanos que se opõe à violência contra as mulheres quando ambas emitem formações enunciativas contra as agressões. Há também o desconhecimento das lutas de gênero advindas do movimento feminista, o que talvez, supomos, interfere no debate negativamente posto que tal desconhecimento pode auxiliar na reprodução da ideologia patriarcal observada especificamente na fala de Maria quando esta culpabiliza as mulheres pelas agressões que recebem tendo como justificativa seus comportamentos e forma de se vestirem.

Em outro discurso, o de Bárbara, de uma das escolas visitadas em Paulista, foi possível observar a fala religiosa atuando em torno de suas visões de mundo acerca de questões de gênero, reforçando a ideologia patriarcal no que concerne à violência doméstica e a relação entre pessoas do mesmo sexo: “Meio que falam que sou submissa porque eu sou casada e meio que eu faço os gostos dele. Eu não me considero que eu faço os gostos dele, eu acho que eu faço o certo como uma esposa tem que fazer para o marido. Tipo, dizem: ah, tu é muito besta. Eu não me considero besta não, eu me considero uma pessoa religiosa assim de conviver pra ter uma vida bem prolongada. Assim, eu não concordo na parte que elas falam que a mulher tem que ser livre, tem que ser livre em alguns pontos porque eu acho assim, se você tá num relacionamento, você tem que respeitar e aceitar o que o homem manda, como diz a bíblia. Mas não, elas querem viver. Assim, se tu tá casada, tem que fazer comida pro teu marido mesmo. Não, querem que o marido se vire: ah, marido meu só come minha comida uma vez, ele que compre. E tem essas que agora, o mundo, como Deus diz na Bíblia, tá perdido porque tem umas mulheres que vão viver com outras e olhe, eu acho assim, eu não tenho nada contra quem seja, assim, sei lá, como é que eu falo? Tipo assim quem gosta de mulher. Mulher com mulher, homem com homem. Perante a minha religião não é

certo, mas também cada um faz o que quer porque a vida é de cada um, mas eu gosto de home e acho que em muitas coisa o mundo tá perdido” (BÁRBARA).

No quesito ser mulher, mais uma vez o discurso dessa entrevistada se apoiou na memória discursiva patriarcal, posto que sua fala defendeu posições de lugar heteronormativas: “Ser mulher é ser assim, a gente viver bem com o marido, como eu disse, a gente tem que aceitar o que o marido manda e obedecer. Se a mulher fizer isso eu duvido que tem confusão” (BÁRBARA).

Ao entrarmos no tema da violência praticada contra mulheres, a narrativa que Bárbara realizou acerca de situações em que tanto ela, quanto mulheres próximas a ela foram vítimas foi angustiante, pois para ela essas situações eram corriqueiras dentro de sua família. Aqui, a ideologia de vários modos *operandi* do patriarcalismo começa a se apresentar como hegemônica, perpassando, em algum momento, a fala de nossas entrevistadas “Assim, pelo meu ex, o pai do meu primeiro filho. Até assim, a gente se deixou por causa que uma vez, que foi a última briga, ele tentou me matar. Aí eu peguei parei, né? Porque minha mãe já vinha sofrendo, porque tipo o meu padrasto era tio dele ... Aí minha mãe apanhava do marido dela e eu apanhava do sobrinho dele...” (BÁRBARA).

Bárbara, dentro dessa lógica ideológica patriarcal, entende a violência do homem para com a mulher como algo comum: “Eu presenciei muita coisa. Todos os maridos que minha mãe teve, ela sempre apanhou de todo mundo, até do meu próprio pai. Desde pequena que eu vejo homem batendo em mulher” (BÁRBARA).

Cristina, outra entrevistada estudante do município de Paulista, apresentou em sua fala uma ideologia religiosa cristã, quando perguntada sobre o tema do gênero: “[...] sei lá, acho que é uma coisa que Deus fez, né? Diferente assim do homem, a mulher deve entender o homem, é uma coisa de Deus, só isso”. No entanto, dentro do contexto de violência contra as mulheres, ela apresentou um deslocamento/polissemia acerca dessa ideologia, esboçando traços enunciativos que identificam sua fala à memória da ideologia dos direitos humanos que não aceita a agressão: “Já, por isso que terminei com ele. Ele só puxou meu cabelo, a gente tava discutindo, meu ex-namorado, ele foi e puxou meu cabelo. Eu fui e terminei com ele porque é daí que começa. E isso que não quero pra mim. Ficou dizendo desculpa, desculpa. E eu não quis mais não. Se a pessoa perdoar, é pior. Se ele fez, eu perdoo, depois ele faz de novo. Aí pede perdão de novo e assim vai, aí eu já cortei o mal pela raiz” (CRISTINA).

Porém, mais adiante identificamos em sua fala, como na maioria das entrevistadas, a presença da ideologia patriarcal/hegemônica quando aborda o comportamento de suas amigas diante da agressão dos companheiros: “Minhas amigas, oxé, elas provoca eles e tem orgulho depois de dizer: foi briga pesada eu e ele” (CRISTINA).

Amanda, de uma escola em Paulista, ao ser questionada sobre gênero, destoou em seu discurso das demais ao apresentar uma ideologia feminista não só vinculada ao liberalismo econômico, mas a uma autonomia social mais ampla: “Ser mulher é ser guerreira, ser mãe, ser esposa, ser uma profissional independente. Muitas vezes a gente conseguiu subir muito, né? Quase igualando ao homem, às vezes até passa, dependendo da área, né? Então, acho que a gente é uma grande guerreira. A palavra certa é guerreira mesmo. [...] Eu acho que igualdade, assim, ter igualdade com tudo, não ter aquele preconceito. De toda forma a gente ainda, muita gente tem preconceito. Então, a presidente, né? Dilma, acho que foi o mais

alto que a mulher conseguiu chegar, ser presidente. Aos poucos a gente vai conseguindo, mas sempre tem preconceito, se é dirigindo, se é sendo professora, se é sendo presidente e outras coisas” (AMANDA).

Contudo, ao ser abordada sobre a temática da violência contra as mulheres, seu discurso se apoiou na ideologia patriarcal: “Porque às vezes a mulher quer ser igual ao homem em tudo, ela não pode, jamais! Ela não tem essa força igual a eles. E muitas vezes, os 90%, não tem ação pra nada. 10% sim, 90% não. Tá em casa, cuidando dos filhos, o marido chega cheio de bebida, às vezes drogado porque tem outra mulher na rua, porque qualquer coisinha que fala já começa a bater nela, os 90% é pra esse tipo de mulher. E a outra não, vai revidar o que ele tá fazendo, a mulher não pode revidar, tem que ficar quieta” (AMANDA).

Sobre o patriarcado, que estrutura de modo hegemônico a maioria das falas de nossas entrevistadas e que reproduz a continuação de uma prática discursiva marcada pela violência, estruturando o machismo, Tiburi afirma:

O que chamamos de patriarcado é um sistema profundamente enraizado na cultura e nas instituições. É esse sistema que o feminismo busca desconstruir. Ele tem uma estrutura de crença firmada em uma verdade absoluta, uma verdade que não tem nada de ‘verdade’, que é, antes, produzida na forma de discursos, eventos e rituais. Em sua base está a ideia sempre repetida de haver uma identidade natural, dois sexos considerados normais, a diferença entre os gêneros, a superioridade masculina, a inferioridade das mulheres e outros pensamentos que soam bem limitados, mas que ainda são seguidos por muita gente (TIBURI, 2018, p. 27).

O patriarcado significando tanto a dominação masculina como as sociedades obcecadas com a sucessão patrilinear, que exige um controle rigoroso sobre a sexualidade feminina tem criado, em muitos tempos e lugares distintos, diversas versões de mulheres dependentes e improdutivas, que ficam incapacitadas pela alteração do corpo ou das roupas, restritas ao lar, com acesso limitado ao ensino, ao emprego e à profissionalização por leis e costumes respaldados por ameaças de violência. Alguns misóginos reclamam que mulheres são fardos imóveis, mas em grande parte foi à misoginia que levou as mulheres a serem assim (SOLNIT, 2017, p. 144).

Diante disso, percebemos que em relação à Educação de Jovens e Adultos ainda nos deparamos com a ausência de uma política nacional que consiga contemplar as especificidades da condição feminina dentro desse tipo específico de ensino, levando em conta neste processo questões relacionadas ao empoderamento feminino e ao combate à violência contra mulheres, efetivado por meio de políticas educacionais contra o patriarcalismo (LEONCY, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi possível observar uma ideologia patriarcal que perpassa de alguma forma hegemonicamente a fala das cinco mulheres estudantes da EJA entrevistadas. Embora essa ideologia patriarcal se entrecruze com uma ideologia dos direitos humanos que repudia, na maioria dos casos, a violência praticada contra as mulheres, fazem-se necessárias mais discussões acerca dessas questões, examinando as implicações que esse debate pode gerar no combate a abusos sobre o corpo feminino.

Assim, tivemos como resultado neste trabalho a presença hegemônica da ideologia patriarcal sustentando posições de nossas entrevistadas. A força dessa ideologia marcou a trajetória dessas mulheres, mesmo daquelas que tiveram um discurso mais enfático contra a violência doméstica, pois elas, quando não foram as próprias vítimas, conheceram alguém que já sofreu alguma violência praticada por algum homem, mas, mesmo assim e talvez por isso, ou seja, por estarem dentro desse contexto social marcado por práticas discursivas patriarcais, acabem por reproduzir e, até, achar “comuns” situações que são abusivas e violentas.

A ideologia patriarcal estrutura normas para se estabelecer de forma hegemônica; estas surgem por meio das regulações expressas nas relações cotidianas de poder dadas em todas as instâncias dentro desse contexto sociocultural. Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos continuados, reiterativos, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia, pelos médicos, dentre outros; com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades. As normas regulatórias voltam-se para os corpos para indicá-lhes limites de sanidade, de legitimidade, de moralidade ou de coerência (LOURO, 2001).

Sendo assim, entendemos que os discursos marcados pela ideologia patriarcal, em suas práticas discursivas, acabam se materializando dentro do contexto social. Sobre isso, Pinto (1999) afirma que quando, por exemplo, “a causa” dá sentido aos atos, a todas as manifestações, a todas as políticas, quando um dado discurso consegue tal façanha, não permitindo nenhuma incerteza de significado se está frente a um discurso ideológico – no sentido dado por Laclau.

Sabendo, a partir da AD, que a ideologia se materializa na linguagem, observamos que o patriarcado e o consequente machismo que é reproduzido, no caso das mulheres entrevistadas, ocorre de modo inconsciente. Assim, significados são repetidos, gerando sentidos que reproduzem essas mentalidades.

Dessa forma, tendo em vista a alta taxa de violência contra as mulheres e o fato dessa violência estar atrelada a uma lógica estrutural erigida a partir de uma ideologia patriarcal na sociedade brasileira, urge o estabelecimento de práticas de enfrentamento a isso por meio de políticas públicas que tratem dessa questão. Sobre isso, é relevante ter no currículo das escolas e da EJA uma educação de gênero que discuta o feminismo, sua história, teorias e lutas. Leoncy (2013) diz que as políticas públicas não são neutras e que a educação, aliada às políticas públicas de gênero, sem dúvida, reflete um dos caminhos que podem ser percorridos favorecendo as mulheres no processo de emancipação e construção da autonomia feminina.

Sabe-se que hoje, por meio das lutas feministas, as mulheres conquistaram espaços que anteriormente não podiam ocupar, todavia as lutas e as reivindicações de direitos não podem estacionar, pelo contrário, devem se expandir, ainda mais em tempos de disseminação da “ideologia de gênero” como a que vivenciamos, e a escola, instituição reguladora tão importante atualmente na sociedade, deve se aproximar cada vez mais dessa empreitada. Como diz Silva (2019), as conquistas de direitos advindas do feminismo são um constructo, uma criação que depende de pleito e vigilância, caso contrário, podem acabar sendo

revogadas com o tempo pela força de setores opressores que se beneficiam de injustiças sociais.

Speeches by Women Students in Youth and Adult Education on Gender Issues and Domestic Violence

ABSTRACT

This article aims to analyze the discourse of women students in the Youth and Adult Education (Educação de Jovens e Adultos – EJA) program in the municipalities of Igarassu and Paulista, Pernambuco, regarding issues of gender and domestic violence. The study is based on Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's Discourse Theory (DT) and on the methodology of Discourse Analysis (DA) proposed by Eni Orlandi. Through this analysis, we seek to understand how gender violence is reflected among students in Youth and Adult Education. The results revealed that the interviewees' speeches were shaped by various ideologies, such as human rights discourse and liberal economic feminism. However, from a hegemonic perspective, patriarchal ideology stood out over the others. In this regard, attention is drawn to the development of public educational policies within this educational modality aimed at confronting the reproduction of such ideologies and forms of violence.

KEYWORDS: Gender. Domestic violence. Youth and Adult Education program.

Discursos de mujeres estudiantes de la Educación de Jóvenes y Adultos sobre cuestiones de género y violencia doméstica

RESUMÉN

Este artículo tiene como objetivo analizar el discurso de las mujeres estudiantes de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) en los municipios de Igarassu y Paulista, en Pernambuco, con respecto a las cuestiones de género y violencia doméstica. Este estudio se realizó a partir de la Teoría del Discurso (TD) de Ernesto Laclau y Chantal Mouffe, así como de la metodología del Análisis del Discurso (AD) propuesta por Eni Orlandi. A través de este análisis, buscamos comprender cómo la violencia de género se refleja en el público de la Educación de Jóvenes y Adultos. Los resultados mostraron que los discursos de las entrevistadas estuvieron atravesados por diversas ideologías, como la de los derechos humanos y el feminismo económico liberal. Sin embargo, desde un punto de vista hegemónico, la ideología patriarcal se destacó sobre las demás. En este sentido, se llama la atención sobre la necesidad de desarrollar políticas públicas educativas en esta modalidad de enseñanza, con el objetivo de enfrentar la reproducción de dichas ideologías y formas de violencia..

PALABRAS CLAVE: Género. Violencia doméstica. Educación de Jóvenes y Adultos.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Fábio. A. Para Entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 127, p. 12-18, dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12438>. Acesso em: 02 jan. 2020.

G1. **Feminicídio Representa 32,9% dos Assassinatos de Mulheres em Pernambuco em 2018**. Recife, 08 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/03/08/um-em-cada-dez-assassinatos-de-mulheres-em-pernambuco-em-2018-foi-feminicidio.ghtml>. Acesso em: 07 de jan. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Aspectos Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional 2007**. Brasília: IBGE 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv41864.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2020.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista**: por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015.

LEONCY, Christiane Evelyn Teixeira. **Mulheres na EJA**: questões de identidade e gênero. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como Identificação Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p. 205-228, setembro-dezembro 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/vVSJcvg3S4ZxqPWGYPsCMBF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

PINTO, Céli R. J. Notas a Propósito de Ernesto Laclau. **Revista de Ciencias Sociales**, Montevideo, n. 15, 1999. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/cgi-bin/library.cgi?e=d-11000-00---off-0uy%2FuyZz-004--00-1---0-10-0---0---0direct-10---4-----0-0l--11-es-Zz-1---20-about---00-3-1-00-0--4---0-0-01-00-OutfZz-8-00&a=d&c=uy/uy-004&cl=CL3.3&d=HASH0640b86b8ad6b7f795d04a.4>. Acesso em: 03 jan. 2020.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo na Atualidade**: a formação da quarta onda. Recife: Independently published, 2019.

SOLNIT, Rebecca. **A Mãe de Todas as Perguntas**: reflexões sobre os novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em Comum**: para todas e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VASCONCELLOS, Maria D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, nº 78, p. 77-87, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kDqCgM8Svv4XpskKMMV5DZPN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2020.

Recebido: 15/04/2022.

Aprovado: 20/11/2023.

DOI: 10.3895/cgt.v17n48/49.15397.

Como citar: OLIVEIRA, Aurenéa Maria de; SANTOS, Catiana Cassandra Santana dos. Discursos de mulheres estudantes da Educação de Jovens e Adultos envolvendo questões de gênero e violência doméstica. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 17, n. 48/49 Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 07 mai. 2026.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

